Ministério da Saúde
UnB Instituto de Psicologia
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD

MARY NILCE ALVES

A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

BRASÍLIA - DF
2015

Ministério da Saúde
UnB Instituto de Psicologia
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD

MARY NILCE ALVES

A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Monografia apresentada ao II Curso de Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília para a obtenção do Título de Especialista em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.
Orientado por: Prof. Ileno Izídio da Costa

BRASÍLIA - DF
2015

Ministério da Saúde

UnB Instituto de Psicologia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD

MARY NILCE ALVES

A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Esta Monografia foi avaliada para a obtenção do Grau de Especialista em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, e aprovada na sua forma final pela Banca a seguir.

Data: ____/____/____

Nota: _____

_____

Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa
Coordenador Geral do II CESMAD

_____

Prof.

BRASÍLIA – DF
2015

Ministério da Saúde

UnB Instituto de Psicologia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Autorização para Publicação Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, autorizo a Coordenação Geral do II CESMAD a disponibilizar gratuitamente em sua Biblioteca Digital, e por meios eletrônicos, em particular pela Internet, extrair cópia sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria,para leitura, impressão ou download e/ou publicação no formato de artigo, conforme permissão concedida.

Aos meus pais, Maria e Wilson que no decorrer da vida proporcionaram-me, além de extenso carinho e amor, os conhecimentos da integridade, da perseverança e de procurar sempre em Deus à força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Ao meu querido amor: João Batista que além de me fazer feliz, ajudou-me durante todo o percurso de minha vida acadêmica, compreendendo-me; e aos meus filhos Jullianny e Junior pelo carinho e atenção para essa imensa felicidade.

AGRADECIMENTOS

Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética presentes.

Um agradecimento especial aos meus queridos maninhos: Eleuza, Elaine, Mauro Wilson, Claudia Helena, Mary Neusa que permaneceram sempre ao meu lado, nos bons e maus momentos. Aos meus amáveis pais Maria e Wilson que no decorrer da vida, proporcionaram-me, além de extenso carinho e amor os conhecimentos da integridade, da perseverança e de procurar sempre em Deus à força maior para o meu desenvolvimento como ser humano.

Ao meu orientador Ileno Izídio da Costa, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Às amigas Emilena e Jussara que também se tornaram muito especiais para mim. Nunca me esquecerei de vocês. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

"O homem que remove uma montanha começa carregando as pequenas pedras".

(William Harrison Faulkner)

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO NA VIDA DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

As últimas décadas têm apresentado profundas transformações sociais, econômicas e culturais, afetando as rotinas produtivas e as relações sociais, comerciais e trabalhistas em todo o mundo. Este novo contexto é responsável pelas desigualdades sociais e a partir disto o campo das políticas públicas se apresentou como alternativas ao enfrentamento para o quadro de exclusão. A relação existente entre a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e situações de vulnerabilidade social entre os jovens está ligada por elos maiores do que simplesmente empecilhos na obtenção de renda, havendo a compreensão de que o jovem e o adolescente necessitam de amparo e condições para quebrar estes elos. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica apresentando as discussões disponíveis acerca do tema e pesquisa de campo, a qual fez uso de questionário semi-estruturado junto a cinco adolescentes atendidos pela Instituição Fenações, em seu centro de ensino profissionalizante (CEP). Com base nestas considerações, este estudo vem demonstrar os problemas enfrentados pelos jovens em situação de vulnerabilidade social para a entrada no mercado de trabalho e algumas iniciativas vigentes em políticas públicas utilizadas para minimizá-las.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, Jovens, Políticas Públicas.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF THE FIRST JOB IN THE LIVES OF ADOLESCENTS IN SOCIAL VULNERABILITY SITUATION.

The last decades have shown profound social, economic and cultural transformations, affecting the productive routines and the social, commercial and labor relations worldwide. This new context is responsible for social inequalities and from this the field of public policies presented as alternatives to confrontation for the picture of exclusion. The relationship between the difficulty in entering the labor market and social situations of vulnerability among young people is on for longer links than just obstacles in obtaining income, with the understanding that young adolescents need support and conditions for break these chains. The methodology used was literature review presenting the discussions available on the subject and field research, which made use of semi-structured questionnaire with five adolescents treated by the Institution Fenações in his vocational training center (CEP). Based on these considerations, this study demonstrates the problems faced by young people in social vulnerability for entry into the labor market and some current initiatives in public policies used to minimize them.

Keywords: Social Vulnerability, Young, Public Policies.

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO.....12
II- METODOLOGIA.....14
III-MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE.....16
III.I. Políticas Públicas de Juventude.....18
III.II Vulnerabilidade Social e inserção de Jovens no mercado de Trabalho.....21
IV. FENAÇÕES INTEGRAÇÃO SOCIAL.....24
IV.I. O papel do Assistente Social na Fenações para a inserção do adolescente no mercado de trabalho.....25
V. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....26
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....32
VII-REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....34

I – INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial e o surgimento do modelo capitalista seguido da globalização, mudou a lógica para o trabalho e, consequentemente alterou a ordem social, desta maneira, as desigualdades surgidas a partir de então deram lugar a inúmeras vulnerabilidades entre grupos e classes determinadas dos quais recebem atualmente atenção direcionada de políticas públicas.

No final do século XVIII e início do XIX, a percepção de criança foi gradualmente se modificando e passou a ser entendida como uma etapa distinta da vida e, esta distinção criança e adulto fez com que a adolescência começasse a ser percebida como um período à parte do desenvolvimento humano. O conceito de infância e adolescência surge então como uma invenção própria desta que é a sociedade industrial, construída acerca de leis trabalhistas e inserida em um sistema educacional que torna o jovem dependente do país.

Esta noção do ser criança e adulto traz um marco divisório entre o espaço da adolescência como o vir a ser, daquele individuo que virá a ser adulto e que já deixou de ser criança, isto o torna em termos mais responsável e propenso a ser cobrado por atitudes e posturas do universo adulto, porém o limita ao espaço de quem não possui ainda autossuficiência e que a dependência ainda permanece como impeditivo para uma vivencia menos controlada e regrada socialmente.

A adolescência é criada como um fato social e psicológico historicamente e, além disto, se constituiu com os significados resultantes da cultura, da linguagem referida e das relações sociais. Não se pode observar a infância e a adolescência isoladas das relações que são estabelecidas com os adultos nesses estágios, pois este fato é uma das formas de compreensão dos modos específicos de agir, sentir e se comportar destes indivíduos. Os fatos sociais surgem nas relações de maneira a atribuir significado e criar conceitos para expressar um contexto.

Na sociedade moderna, com suas condições materiais e simbólicas específicas, a criança, o adolescente e o jovem adquiriram um status de dependentes, e com isso não são entendidos como responsáveis jurídica, política e emocionalmente. As mudanças que ocorrem na fase de transição de infância para adolescente e de jovem para a idade adulta, isto é, os estágios da vida, e a sua inserção no mercado de trabalho são fundamentais como objeto de estudo. Os diferentes estágios encontrados nessa transição, que vai da dependência infantil à aquisição da autonomia, as influências dos estilos parentais no modo como as crianças e

adolescentes e jovens se comportam são ainda questões que revelam alguns confrontos de identidade e de divergência entre o que simboliza ser adolescente a partir de determinado constructo social e cultural.

Na sociedade contemporânea têm-se questões muito próprias de uma nova organização social, com modificações culturais e da compreensão do que é vir a ser adolescente, isto porque a sociedade do consumo te sido responsável pelo "alargamento" da adolescência, onde o jovem passa mais tempo se preparando em um sistema educacional que poderá fomentar possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Desta maneira a constituição brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as instâncias governamentais responsáveis pelo desenvolvimento e implantação de políticas públicas para a juventude, tem a responsabilidade conferir direitos e garantias individuais a estes grupos e minimizar situações de risco resultantes da vulnerabilidade dos contextos de vida destes sujeitos. Programas de apoio ao desenvolvimento dos adolescentes, capacitação e qualificação para o trabalho precoce e monitoramento das atividades e rendimento escolar como um todo são recursos indispensáveis ao futuro promissor da juventude brasileira.

Com base nestas considerações este estudo realizou o levantamento de referencial teórico para subsídios das discussões acerca da importância do trabalho para os jovens em situação de vulnerabilidade social. A segunda etapa do estudo aplicou uma entrevista semi estruturada a cinco jovens em situação de risco, inseridos em programas de capacitação para o trabalho, direcionamento a esta primeira experiência laborativa e acompanhamento escolar através de medidas sócio-educacionais. A pesquisa de campo se deu no Centro de Educação Profissionalizante – CEP, através de convênio com o governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST. O objetivo deste levantamento foi subsidiar as discussões acerca da temática e problematizar a importância de se priorizar investimentos no monitoramento e desenvolvimento de políticas para estes grupos vulneráveis e redirecionar o futuro da juventude brasileira.

II – METODOLOGIA

O presente estudo está dividido em duas etapas. Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura acerca da importância do primeiro emprego para o jovem em vulnerabilidade social e as políticas públicas vigentes para amparar este propósito de inserção do jovem no mercado de trabalho. Para cumprimento desta etapa, foi realizada pesquisa junto às bases de dados: Scielo, CAPES, BVS, Google Acadêmico e bibliotecas de Teses e Dissertações de Universidades, delimitando-se descritores que pudessem proporcionar uma visão geral do assunto, entre eles; jovem e mercado de trabalho, políticas públicas de juventude, vulnerabilidade social. A literatura encontrada é vasta, com várias experiências proveitosas na área e com levantamento de dados acerca do cenário atual de trabalho para o jovem brasileiro.

A segunda etapa do estudo foi a realização de pesquisa de campo. Nesta etapa o estudo caracteriza-se como descritivo, pois nele pretende-se "descrever com exatidão os fatos e fenômenos de uma determinada realidade" (Triviños, 1987, p. 110). Para Rudio (1986, p. 55-7) o ponto primordial na pesquisa descritiva é que nesta modalidade o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la.

Para alcançar o objetivo da pesquisa o instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário semi-estruturado. De acordo com Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada, tem sua atenção voltada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado.

A pesquisa de campo foi realizada com 05 jovens, escolhidos a partir de uma amostra de conveniência, tendo como critério de seleção apenas ser atendido pela Instituição Fenações Integração Social, na região administrativa Recanto das Emas do Distrito Federal. Esta instituição possui convênio com o governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST./ Secretaria de Estado de Educação para funcionamento do Centro de Educação Profissionalizante CEP. O questionário foi aplicado em uma única vez, a partir de um agendamento prévio entre o pesquisador e os entrevistados, e aconteceu em julho de 2013.

O nome dos participantes recebeu tratamento sigiloso e aqui foram identificados de J1 a J5. As principais etapas da análise de conteúdo seguidas, foram essencialmente a organização e sintetização da informação recolhida das entrevistas, procurando padrões que permitissem primeiro, categorizar e, depois, codificar os dados obtidos, utilizando uma

análise vertical, mas também horizontal (comparativa), o que permitiu a redução da informação, tendo em vista o seu processo de descrição e interpretação.

Na composição das tabelas, as respostas foram transcritas integralmente, possibilitando assim ao leitor, o conhecimento das respostas dadas.

A análise e a discussão dos dados foram realizadas a partir das respostas coletadas por meio do questionário aplicado, estas respostas foram apresentadas em quadros.

III- MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE

Nas últimas décadas, efetivaram-se transformações em escala mundial que redefiniram a economia, a gestão empresarial e consequentemente o mercado de trabalho, além disso, as condições de vida e a identidade do trabalhador tomaram outras conformações antes não experienciadas. Inicialmente foram utilizadas estratégias coercitivos e desiguais para a conquista de mão de obra, com a finalidade de obrigar pobres a se submeterem as mais desfavoráveis condições de trabalho. Diante da ineficácia de tais modelos, gradualmente, foram substituídos por dispositivos científicos de saber e de poder que constituíram, ao longo do tempo, uma valoração do trabalho. A partir de então, estabeleceram-se as relações entre trabalho, honestidade e dignidade. Então o trabalho, que até o surgimento do capitalismo era desvalorizado, passa a ser considerado porta de acesso ao lugar social (WICKERT, 2006).

De acordo com Amazarray (2009), O trabalho infanto-juvenil é um tema de relevância social, de maneira que, cada vez mais, o trabalho precoce de crianças demandado esforços da sociedade como um todo para se empenhar na erradicação. Por outro lado, o trabalho dos adolescentes, assume uma naturalidade e se apresenta como extremamente necessário para as famílias de nível socioeconômico baixo. O risco de se assumir esta noção do trabalho para os jovens é de se desconsiderar as implicações do trabalho na saúde, na constituição da identidade e na vida acadêmica destes indivíduos. Esta afirmação legitima a importância de se criar, monitorar e investir em medidas legais e políticas públicas que visem a proteger o trabalhador adolescente.

Para Dayrell (2010), a palavra juventude assume diferentes significados, todos estes inteiramente ligados ao contexto histórico, social, econômico e cultural vigente. O sentido mais comumente encontrado é discutido nos dias atuais é de que a juventude é esta fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, a qual compreende o vir a ser adulto. Esta concepção direciona o futuro, através da passagem para a vida adulta, o sentido das ações do presente.

Apesar da importância do trabalho para o jovem, e principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica, alguns elementos negativos do processo de trabalho, advindos deste o início do capitalismo, submetem estes adolescentes trabalhadores a uma responsabilidade grande apesar da falta de experiência no trabalho. O excesso de tarefas e as próprias exigências socioeconômicas podem se mostrar geradoras de estresse e ainda serem incompatíveis com esta etapa de desenvolvimento.

O trabalho na adolescência apresenta particularidades que o coloca como questão complexa, o qual pode se apresentar como fator de risco e de proteção para o desenvolvimento destes jovens trabalhadores. Este paradoxo exige que as políticas públicas e a responsabilidade social para com estes grupos, seja orientada para a promoção da saúde, garantias de direitos básicos da criança e do adolescente, conferidos na constituição brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fins e garantir qualidade de vida e preparo para uma vida adulta com qualificação e espaço no mercado de trabalho.

Um fator relevante, e que não deve ser ignorado quanto a origem do trabalho de menores é, por vezes, a sua relação com a pobreza no seio familiar já que esta sua inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, pode surgir como meio de garantir a sobrevivência da família. Fora isto, há uma permanente diminuição na média dos salários, o que vem favorecendo este ingresso de mulheres e crianças nos vários setores de trabalho, já que esta é a única forma de arrecadar recursos para ampliar a renda familiar.

O ECA (Estatuto da criança e do adolescente) é uma lei federal de 13 de julho de 1990, a qual criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988, com a função de defendê-los da exploração nas relações de trabalho. O ECA estabeleceu ainda uma distinção entre faixas etárias, baseada nas fases de desenvolvimento, assim considera criança aqueles que possuem até 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. De acordo com o ECA, crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento e, por isso, não têm condições de fazer valer plenamente seus direitos ou a própria sobrevivência, necessitando da proteção da família e do Estado.

Essa proteção ao jovem inclui a regulamentação da entrada no mercado de trabalho a partir de 16 anos, baseia-se num conjunto de regras e no estabelecimento de condições em que adolescentes podem trabalhar, entre elas a idade, horário de trabalho condizente com a possibilidade de freqüência à escola. Além disso há algumas proibições quanto a trabalhos considerados insalubres e ao horário noturno, ambos tidos como prejudiciais ao crescimento e à saúde deste (GUIMARÃES; ROMANELLI,2002).

Considerando as particularidades que compreendem esta etapa do desenvolvimento e a transitoriedade entre as representações sociais do universo adulto que se aproxima do adolescente, ao passo que crescem as responsabilidades e que a busca do saber e da qualificação para o mercado de trabalho, as medidas de amparo e proteção legal para este jovem são responsáveis por garantir a integridade dos direitos da criança e do adolescente.

III.I - POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Para Belluzzo e Victorino (2004) as políticas públicas caracterizam-se por processos decisórios que são voltados para a formulação, implementação e avaliação de ações ou programas destinados ao atendimento das demandas sociais. Essas decisões são responsáveis por reduzir os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção para a vulnerabilidade sócio econômica dos jovens brasileiros.

O guia de políticas públicas de juventude (2006) revela que a inclusão da temática da juventude na agenda política do Brasil e do mundo, é recente. As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações do mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI. Serão descritos em sínteses alguns programas de governo que o guia reúne e das ações desenvolvidas por estas políticas de juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos; além disto é destinada a fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil, interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas e e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. São eixos do trabalho desenvolvido neste espaço, alguns destes programas que serão descritos, e revelados como alternativas para a inserção responsável deste jovem no mercado de trabalho

Um dos projetos desenvolvidos pelo governo federal é o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, esta é uma ação continuada de assistência social destinada a jovens de 15 a 17 anos. Neste programa os jovens recebem uma bolsa de R$ 65 mensais durante os 12 meses em que estiverem inseridos no Programa e atuando em sua comunidade. Uma das exigências para a permanência no Agente Jovem é a frequência de, no mínimo, 75% do total de aulas e atividades previstas e ele está destinado a jovens que vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. É dada prioridade àqueles que já participaram de programas sociais; que estejam sob medida protetiva, socioeducativa ou em liberdade assistida e que vivam, especialmente, em áreas de baixa renda e alto índice de violência.

O Programa Bolsa-Atleta tem como objetivo garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e

internacionais, mas não possuem suporte de inciativas privadas. O benefício é dividido em quatro categorias e o pagamento é feito mensalmente, durante um ano, A categoria Estudantil é destinada a atletas com mais de 12 anos e a bolsa é no valor de R$ 300. As categorias Nacional e Internacional são direcionadas a jovens com mais de 14 anos e repassam aos atletas, respectivamente, R$ 750 e R$ 1.500. Já na categoria Olímpica/Paraolímpica, a Bolsa-Atleta garante o pagamento de R$ 2.500 aos competidores que integraram a delegação brasileira na última edição das Olimpíadas, em Atenas, Grécia.

O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo promover a alfabetização dos brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar. As aulas têm duração de oito meses e utilizam diversas metodologias de ensino, definidas conforme as a entidade de ensino e as particularidades do público atendido. Com o Programa, a alfabetização de jovens e adultos passou a constituir-se em um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos historicamente excluídos.

O Programa Escola Aberta tem a finalidade de ampliar as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura das escolas públicas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos fins de semana. As atividades são voltadas a toda a comunidade, e os jovens são os principais beneficiários do Programa. Uma parceria entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego permite o pagamento de uma ajuda mensal de R$ 150 aos jovens que ministram as oficinas.

O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) tem a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio e de ampliar a capacidade de atendimento em todo o país. Já o Programa Juventude e Meio Ambiente é coordenado pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente e busca incentivar o debate em políticas públicas ambientais, caracterizadas em cinco eixos de formação: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. Podem participar do Programa os jovens integrantes desses coletivos, com idade entre 15 e 29 anos e a capacitação é feita de forma presencial, nos encontros e oficinas; e a distância, via *chats*, videoconferências e tutorias virtuais com especialistas.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4a série, mas não concluíram a 8a série do Ensino Fundamental. O curso proporciona aos jovens a conclusão do

Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi criado em 2003 com o objetivo de reforçar a qualificação socioprofissional para assegurar a inclusão social e a inserção do jovem no mercado de trabalho. O PNPE atende jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex-presidiários têm prioridade no atendimento. O PNPE é composto por seis modalidades, entre elas, o Consórcio Social da Juventude, o Empreendedorismo Juvenil e o Jovem Aprendiz. O Consórcio Social da Juventude oferece aos jovens a oportunidade de aprender disciplinas gerais e capacitação profissional específica durante quatro meses. Para frequentar as atividades, os jovens recebem vale transporte e uma bolsa-auxílio no valor de R$ 150.

O Jovem Aprendiz é uma oportunidade para jovens de 14 a 24 anos aprenderem um ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado. As grandes e médias empresas qualificam profissionalmente jovens. Para atender à cota exigida por lei, as empresas devem ter em seu quadro, no mínimo, 5%, e no máximo, 15% de jovens contratados.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para os estudantes brasileiros de baixa renda e o objetivo deste é democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros.

É importante papel social acompanhar os programas de governo que atendem as demandas dos jovens e se apresentam como ponte para a minimização das desigualdades. Estas estratégias são medidas de amparo e suporte ao desenvolvimento do jovem com a principal necessidade de torna-lo um adulto com maiores possibilidades de inserção no trabalho e promoção da saúde e qualidade de vida destes sujeitos.

O atual cenário do mercado formal de trabalho é de uma redução drástica nas contratações e consecutivo aumento das taxas de desemprego, desta maneira a disputa por uma vaga torna-se cada vez mais difícil, e as exigências de escolaridade aperfeiçoada e experiência no desenvolvimento das funções atribuídas ao cargo limitam o acesso ao trabalho, e este se torna um universo cada vez mais desfavorável aos jovens. Por isso as políticas públicas desenvolvidas para a juventude são indispensáveis para a minimização das desigualdades e como fatores protetivos ao desenvolvimento deste jovem em processo transicional.

III.II - VULNERABILIDADE SOCIAL E INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Yunes e Szymanski (2001) ressaltam que vulnerabilidade é um termo "*aplicado erroneamente no lugar de risco*", conceitos que estão intimamente ligados, no entanto, são distintos. Enquanto risco, segundo as autoras, foi usado pelos epidemiologistas associados a grupos e populações, já a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. É importante ressaltar-se, contudo, que, para as autoras, a relação entre vulnerabilidade e risco é patente: "a vulnerabilidade se consubstancia apenas quando da existência do risco; sem este, vulnerabilidade se desqualifica".

Oliveira (1995) aponta que "os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza", além de considerar que "nem todos os vulneráveis são indigentes", pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis.

A educação surge como meio de consolidação do direito ao trabalho, e o trabalho aparece como expressão sócio-econômica, pois é através dele que se garante a sobrevivência material, além da produção de riqueza econômica é inserida no processo de acumulação. Esta realidade coloca para a educação o desafio de transformar o trabalho de luta pela sobrevivência em uma realização que confere dignidade social, através da aquisição de saber e aperfeiçoamento em determinado espaço de atuação.

O menor se revela como um ser ainda em desenvolvimento físico, emocional, e sociocultural, de forma que, a necessidade de trabalhar não deve, prejudicar o seu regular crescimento. Esta realidade nem sempre se comtempla pois a desigualdade sociais compreende famílias que precisam ampliar o trabalho para crianças e adolescentes para que possam aumentar a renda mensal, no entanto para este tipo de trabalho exige-se um limite de idade, que o menor não se afaste da escola e do lar, O trabalho prematuro ou em condições impróprias, acarreta danos ao desenvolvimento deste jovem.

O desemprego juvenil é uma espécie de desemprego estrutural, pois não diminui mesmo em períodos de recuperação econômica, além de ser um dos aspectos mais importantes da atual crise do emprego (Sanchis, 1997). Na análise de Tokman (2003), os jovens são os mais prescindíveis sempre que se realizam ajustes econômicos e os menos

necessários em períodos de recuperação econômica. Nas situações de crescimento da economia e da produção o que normalmente ocorre é a contratação de trabalhadores adultos em detrimento da de jovens.

Em virtude dessas considerações cumpre observar que o desemprego no início da vida ativa de um indivíduo pode afetar profundamente seu potencial produtivo, e, portanto, suas possibilidades de emprego e renda futuras (POCHMANN, 1998). Quando o desemprego juvenil é de longa duração pode prejudicar a conquista de um novo emprego, acarretar aumento da pobreza e da exclusão social, além de causar diminuição da autoestima dos jovens.

Segundo a ESPRO, empresa de Ensino Social Profissionalizante, ao contratar o jovem a empresa possibilita-lhe uma oportunidade de gerar transformação social a ele e à sua família por meio da geração de renda e da evolução deste jovem como futuro profissional. A ESPRO relata ainda que, o investimento dedicado a este jovem se reverte em benefícios a ele, à empresa e à sociedade, uma vez que ele está sendo introduzido na realidade empresarial. Poderá se destacar como um futuro talento de acordo com o acompanhamento que receba de seu gestor e do desempenho que venha a apresentar.

O processo de Aprendizagem traz conhecimento e autoestima ao jovem, uma das problematizações necessárias é que a entrada precoce do jovem no universo do trabalho, sem as garantias mínimas de sua permanência na escola e incentivo a busca de novas conquistas, pode leva-lo ao processo inverso, através da sobrecarga de trabalho, abandono dos estudos para complemento de renda através das atividades laborais, estresse e saída definitiva do sistema educacional.

Um dado importante de se considerar ainda nesta lógica é que aqueles que ingressaram no mundo produtivo ainda crianças, trocando os bancos escolares por um trabalho de característica precária, pouco ou nada aproveitarão desta experiência, pois as mudanças técnicas acabam por adquirir outros meios para realização destas tarefas e dispensando esta mão de obra simplificada. Como esse indivíduo não completou o ensino médio, a tendência é de que se mantenha através de trabalhos mal remunerados, não adquire habilidades advindas de formações superiores, de forma que se estabelece um ciclo de perpetuação da pobreza dentro destas famílias.

Segundo as pesquisas domiciliares brasileiras, as taxas de desemprego dos jovens têm se mantido em patamares equivalentes ao dobro das taxas encontradas entre a população adulta, sendo que as faixas etárias juvenis mostram-se as maiores das pirâmides populacionais, indicando

que em especial os grupos menos favorecidos necessitam de políticas que lhes garantam igualdade de acesso ao mundo do trabalho. A receptividade do programa é elevada, como atesta o número de inscritos desde a implementação do programa: 233.250 jovens inscreveram-se no sistema público de empregos, que buscam acesso a uma vaga de trabalho (IPEA,2005).

Mattos e Chaves (2006) apresentam que o conjunto das pesquisas demonstra que, embora o trabalho apresente riscos para a saúde dos adolescentes, essa atividade não deve considerar somente as consequências negativas atribuídas a ela. Por muitas vezes o trabalho pode representar uma experiência positiva e relevante para adolescentes e jovens, desde que sejam asseguradas condições que possibilitem a execução de suas atividades sem prejuízo à saúde, escolaridade e lazer. A maioria das pesquisas realizadas até o momento, no entanto, se preocupam em avaliar os adolescentes que exercem atividades precárias, dos quais estão atuando no mercado informal e sem respaldo da lei. Outros estudos, realizados com jovens que exercem atividades mais bem estruturadas podem trazer novas contribuições sobre o tema e levantar uma outra análise acerca deste ponto.

Os autores contribuem ainda com a discussão de que, há na legislação brasileira um conjunto de medidas que regulamentam o trabalho para os adolescentes, entre as quais se destacam as conferidas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei federal de 1990, e a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000). Essas medidas asseguram à criança e ao adolescente seus direitos, além de defendê-los da exploração e permitindo a entrada no mercado de trabalho a partir dos 16 anos. Um grande avanço está na Lei da Aprendizagem, instituída em 2000, que assegura ao jovem com idade entre 14 e 24 anos exercer atividade produtiva desde que em horário determinado, com continuidade dos estudos e também com todas as garantias trabalhistas e previdenciárias dos demais trabalhadores empregados e além disto receber capacitação para a atividade.

É incontestável que a criação de condições para inserção qualificada de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, é essencial para a construção de um país mais justo e igualitário e que o acompanhamento destes jovens pode ser fundamental para evitar um ciclo de inserção na pobreza, além de todos os fatores de risco associados a esta condição. A atividade laboral pode contribuir para que o adolescente desenvolva sua independência, autonomia, que desenvolva recursos para assumir suas responsabilidades de maneira proveitosa, ou seja, que seja construída uma identidade acerca de fatores positivos e de valorização deste jovem socialmente, e individualmente através da formação de sua auto-imagem.

IV - FENAÇÕES INTEGRAÇÃO SOCIAL

O Centro de Educação Profissionalizante – CEP, é uma instituição de acolhimento e formação profissionalizante, mantido pela a Instituição Fenações Integração Social, que tem convênio com o governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST./ Secretaria de Estado de Educação.

O principal objetivo do CEP – Centro de Educação Profissional é desenvolver atividades de capacitação de crianças e adolescentes em situação de risco social, através de ações sócio-educativas com adolescentes e crianças de famílias de baixa renda, por meio de atividades complementares, reforço escolar e cursos profissionalizantes oferecidos gratuitamente sem nenhum custo (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 07).

Pelo fato de nem todos estarem capacitados a preencher os requisitos do Banco do Brasil no programa "menor aprendiz", tendo como causas a falta de rendimento escolar, faltas na freqüência tanto na escola como na Instituição, renda per capita acima da exigência do Banco, (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 07).

Levando-se em consideração que a origem do Serviço Social na instituição reza que o público alvo venha de uma situação vulnerável, risco e/ou exclusão social; tendo como atribuição o resgate da cidadania e o enfrentamento da pobreza, como recursos de acompanhamento e ação o serviço social promove reuniões e palestras com o intuito de esclarecimentos e orientação; atendimentos em grupo e individuais quando o caso exige; entrevistas como instrumento de triagem e verificação preliminar das condições de vida; visitas domiciliares com o intuito de uma ação mais efetiva e encaminhamentos, conforme as necessidades que se apresentem (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 07).

Por ser uma empresa de extrema responsabilidade social, comprometida com o fomento de oportunidades de formações profissionalizantes e acolhimento dos jovens, a Fenação tem papel fundamental na execução de direitos e proteção conferidos aos adolescentes, bem como de capacitação continuada para que as oportunidades de emprego se façam amplas e satisfatórias para este público a posteriori.

IV.I O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA FENAÇÕES PARA A INSERÇÃO DO ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO

O serviço social é uma profissão interventiva que busca diminuir as disparidades sociais. O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social aprendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO 2009).

Encontram-se dentro da instituição as atividades de Serviço Social a qual abrange: o serviço para interlocução entre a instituição e as redes assistências, como também a verificação do acesso aos direitos recebidos ou não pela família dos assistidos, das instâncias de avaliação e cadastro das informações.

O Serviço Social no Centro de Educação Profissionalizante – CEP atua basicamente no campo dos direitos da criança, adolescente e sua respectiva família ou responsável. Tem como objetivos, resgatar a cidadania de crianças e adolescentes em situação de risco social, garantir a efetivação dos direitos, incluir as famílias na rede de serviço público, através de encaminhamentos. Em alguns casos há necessidade de se fazer visita domiciliar, para avaliar a verdadeira situação de uma determinada família.

O assistente social trata-se de um profissional habilitado para a realização plena das múltiplas expressões das questões social. Este profissional, dentro da instituição, busca conhecer a origem da desigualdade social de cada usuário, com objetivo de fazer sua inclusão de acordo com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, orienta ao usuário a conhecer seus direitos e incentiva a lutar por eles.

As atividades predominantes do Assistente Social na Instituição são: o esclarecimento de direitos sociais, benefícios e serviços institucionais, planejamento de programas e projetos sociais, acompanhamento, orientação/encaminhamento de serviço e benefícios sociais, ou seja, luta pela efetivação dos direitos sociais.

V. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Quadro 01 – Caracterização sócio demográfica dos entrevistados.

Entrevistados	Idade	Sexo	Escolaridade	Quantas pessoas morram na casa	Quantas pessoas trabalham	Renda familiar R$
J1	15	Feminino	2º ano EM	05	02	1.800,00
J2	15	Feminino	Ens. Fund.	03	02	1.340,00
J3	18	Feminino	Ens. Méd.	02	02	1.450,00
J4	16	Masculino	9º ano	07	02	1.760,00
J5	17	Masculino	1º ano EM	04	02	2.230,00

Fonte: O autor

A parte um deste instrumento de coleta de dados buscou traçar um breve perfil sócio demográfico dos jovens entrevistados, de maneira que fosse possível fazer um recorte da situação de vulnerabilidade a qual estivessem inseridos. É possível notar nos dados que trata-se de jovens com renda percapta bastante reduzida e da consequente demanda destes jovens para inserção no mercado de trabalho, para que fosse possível somar a renda média da família e assim, contribuir com as despesas da casa.

Outro fator que chama atenção é que a exceção do J1, todos os demais apresentam atrasos na vida escolar, o que indica uma desfavorável posição em relação a outros jovens que estão inseridos no ensino regular. Este tipo de resultado aponta a necessidade de acompanhamento e monitoramento destes adolescentes para que estes se mantenham satisfatoriamente no sistema educacional, pois a entrada no mercado de trabalho em oportunidades com remunerações e condições de trabalho mais vantajosas estão atreladas a formação do indivíduo.

A partir da experiência com estes jovens, no cotidiano do serviço, os profissionais de assistência social identificam acrescidamente a esses dados os conflitos vivenciados por estes adolescentes dentro dos seios familiares, além das desigualdades sociais da região geográfica que residem, dentre elas; à falta de saneamentos básicos, a precária qualidade da alimentação destes jovens e a falta de incentivos do governo para a inserção em atividades de esporte, cultura e lazer.

A partir da análise deste contexto, a Instituição aqui referida se apresenta como porta de acesso a melhores oportunidades para os jovens que residem nesta região e que se motivam a partir de estratégias de melhorias em sua qualificação. Estas medidas são importantes para a quebra do ciclo da pobreza que insere cada vez mais as famílias na falta de acesso e oportunidades, estando assim, fadadas a uma constante permanência em condições desfavoráveis e desiguais.

A seguir o quadro dois aponta os fragmentos de fala dos jovens quando questionados a partir de suas dificuldades enfrentadas na busca pelo seu primeiro emprego e nas condições que abrangem esta inserção no mercado de trabalho.

Quadro 02 – Dificuldades encontradas para o ingresso no mercado de trabalho.

Entrevistado	**Respostas:**
J1	As empresas não querem contratar menor aprendiz, porque eles querem mais pessoas qualificadas.
J2	Antes da Fenações foram várias, acredito eu, que foi a falta de preparação profissional, e de alguém que nos enviasse para as empresas, além da minha idade que não preenchia os requisitos do programa "Menor Aprendiz".
J3	A falta de experiência profissional, a falta de confiança por parte da empresa e a falta de oportunidade.
J4	Antes da minha participação nas fenações foram várias: como falta de oportunidade, falta de capacitação. Mesmo quando cheguei à Fenações, no inicio, foi não ter um bom rendimento escolar, ou seja, nota acima de 5,0 que é a média, para ser enviado para as empresa parceiras da instituição.
J5	A quantidade de pessoas para poucas vagas. As exigências das empresas em experiência profissional. Falta de oportunidade para mostrar o meu conhecimento e trabalho.

Fonte: O autor

A análise desses discursos revela que os jovens possuem total consciência que as oportunidades para o mercado de trabalho estão intimamente relacionadas às capacitações recebidas e aos programas de apoio e incentivo ao jovem no mercado de trabalho. A concorrência para esta inserção no mundo do trabalho acaba por nivelar as vagas a partir de um nível de qualificação maior e é descrito na fala dos jovens que a precariedade do ensino, e a desfavorável posição sócio econômica os coloca em situação de desvantagem para cumprir as exigências das empresas.

Importante ressaltar que o J4 relata sua dificuldade de rendimento escolar, a qual inicialmente o impediu de começar a trabalhar nas empresas inseridas no programa da Fenações. De modo geral, se avaliarmos a posição que os jovens se encontram no ensino regular, em algum momento de suas vidas todos eles se prejudicaram na formação e se atrasaram no processo educacional. Oportunidades como as que eles se inseriram na Fenações, se tornam um incentivo e um motivador primordial para que haja mudança na forma como se percebem no processo de desenvolvimento escolar e na importância dele.

Amparados por um programa de base governamental, através da aplicação das políticas públicas para a juventude, é possível a esses jovens enfrentar outro limitador levantado nos discursos para a entrada no mercado, que está na falta de confiança dos empregadores e na não capacitação do ainda aprendiz. Estas estratégias dão suporte social e de qualificação a esses jovens e as empresas parceiras identificam a missão e a importância do trabalho com este público e assumem o compromisso social de minimizar desigualdades e oportunizar aos menos favorecidos caminhos de mudança.

O crescimento destes adolescentes, tanto no amadurecimento deste estágio de desenvolvimento quanto em seu contato mais precoce com as atividades laborativas é o maior resultado encontrado pelos profissionais que trabalham neste tipo de programas. É possível identificar a curto e médio prazo as mudanças nas condições que estes jovens chegam a Instituição, com perdas no desempenho escolar e na desmotivação inerente as condições sociais e econômicas precárias e a maneira como se apresentam após a entrada em atividades de trabalho, há uma realização considerável nas experiências atribuídas ao trabalho na juventude para jovens em situação de vulnerabilidade.

Quadro 03 - Como você vê o trabalho desenvolvido na Instituição Fenações Integração Social?

Entrevistado	Respostas:
J1	As Fenações têm uns cursos bons, que me qualificam para o mercado de trabalho.
J2	Muito bom; pois foram através da instituição que me capacitei para enfrentar as minhas dificuldades.
J3	As Fenações têm cursos bons que me qualificam para o mercado de trabalho. Mas as vagas são poucas para a grande quantidade dos alunos do curso profissionalizante.
J4	Um trabalho social e beneficente, prestando serviços comunitários, integrando as famílias nas condições dignas. Sou muito grato, pois foi através desta instituição que me senti valorizado, e a minha família com mais dignidade.
J5	É um trabalho gratificante principalmente para nós jovens, pois nos permite ter uma aprendizagem profissional, nos dando oportunidades, nos orientando e estimulando na vida profissional.

Fonte: O autor

O reconhecimento do trabalho desenvolvido na Fenações, apresenta a eficácia destas estratégias de capacitação, acompanhamento escolar e social, e articulações com as instituições privadas, empresas e organizações governamentais e não governamentais na responsabilização com o futuro destes jovens. A responsabilidade dos profissionais envolvidos no processo é mobilizadora de transformações no caminho destes adolescentes, e o trabalho é valorizado e compreendido como indispensável para os sujeitos que estão atualmente acompanhados pelo programa.

As falas do quadro três permitem ainda uma identificação da construção de uma identidade que agrega valor social a estes adolescentes, e que o reconhecimento destes indivíduos em seu meio se dá pela função que o trabalho assume em suas vidas. A qualificação oferecida pela empresa os faz serem reconhecidos pela qualidade de suas atuações e os colocam em situação de concorrência leal e justa a partir do que as empresas buscam como perfil para o trabalho em suas esferas de atuação.

O rompimento do ciclo da pobreza, bem como, a proteção para o abuso de drogas, a violência, a inserção na criminalidade, a exploração por empregadores de mão de obra barata

e a precarização da qualidade de vida, é imprescindível para a mudança no futuro dos adolescentes que possuem perfil de assistência dos programas desenvolvidos pela Fenações.

A experiência da assistência social deixa evidente que este trabalho não pode deixar de acontecer e que é através de estratégias como essas que o Brasil terá condições de reduzir as disparidades sociais encontradas hoje nas periferias e nas grandes cidades, o que condena muitos jovens a interrupção de um futuro promissor e os direciona ao sistema penitenciário ou, até mesmo, os torna parte das estatísticas de mortalidade por causas externas, como vítimas da violência das cidades e da não responsabilização das instancias competentes a proteção e garantias dos direitos da criança e do adolescente.

Quadro 04 - Quais as mudanças com a participação nos programas da Instituição Fenações Integração Social trouxeram para sua vida?

Entrevistado	Respostas:
J1	Agora que consegui meu primeiro emprego, posso comprar minhas coisas pessoais e ajudar em casa também.
J2	Capacitação profissional, estar empregado mesmo como "Menor aprendiz", ser respeitado e valorizado perante a minha comunidade, além de poder ajudar a minha família com o meu salário.
J3	As mudanças são várias: experiências profissionais, conhecimento necessário para o meu desenvolvimento no emprego atual.
J4	Uma perspectiva de vida melhor, me tirando das ruas, prevenindo-me do uso de drogas e me enviando para o mercado de trabalho.
J5	Oportunidade de um aprendizado, por meio de qualificação profissional, meu primeiro emprego, aumento da renda de minha família, contato com o publico, uma vida melhor.

Fonte: O autor

O retrato aqui apresentado está nos alcances e conquistas desses jovens que após o suporte dos programas da instituição tiveram suas vidas completamente transformadas, através nas mudanças em seu aporte de conhecimentos e qualificação para o trabalho, desenvolvimento de relações de trabalho proveitosas e de conquistas sociais significativas.

Esta mudança de perspectiva altera a maneira deste jovem se perceber no mundo, a valorização conquistada através do emprego e da função exercida que o confere uma identidade diferenciada revela as representações encontradas no exercício de uma atividade laborativa e apresenta um contexto de melhoria das relações sociais e promoção de qualidade de vida.

Outro elemento fundamental está no incentivo aos bons resultados escolares para a manutenção do jovem na esfera laboral, isto faz com que o adolescente redistribua suas prioridades e organize seus papéis de modo que não se prejudique em um futuro de formação acadêmica e educacional como um todo. A maioria deles advém de famílias com renda mensal baixa e que precisam colaborar com as despesas e assim melhorar as condições de vida de toda a família, esta oportunidade estimula o jovem a continuar se aprimorando nos estudos e o permite aumentar sua renda e assim se sentir mais realizado.

A valorização advinda do reforço social e familiar de jovens que se inserem no mercado de trabalho é um resultado que agrega valor ao sentido atribuído por este jovem a oportunidade de trabalhar e produzir resultados em sua renda e no compromisso social assumido através de uma função exercida. O desenvolvimento de habilidades e o aprendizado prático, resultante do processo de trabalho precoce ainda na adolescência, traz recursos para que este jovem não apenas se proteja de desvios em seu percurso de desenvolvimento promissor mas para que tenha oportunidades leais nos processos seletivos do mercado de trabalho.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da inserção do jovem no mercado de trabalho é muito mais importante do que aparentemente se apresenta, podendo ter reflexos mais profundos e duradouros do que a um olhar desatento. As implicações da inatividade trabalhista dos jovens não se resume ao contexto econômico, passa também pela formação do jovem como cidadão e como indivíduo, assim como, são fatores preventivos de descaminhos, muitas vezes trilhados pelos jovens, entre eles o uso de drogas, a violência e criminalidade.

Há ainda a uma questão fundamental no significado do trabalho para o jovem que é pertinente à autoestima, a segurança em ser quem é em atuar no mundo que o cerca. No decorrer da análise dos discursos apresentados pelos jovens sujeitos da pesquisa é notável que o próprio mercado de trabalho torna o processo de ingresso desses jovens uma situação difícil e desfavorável quando se trata de adolescentes inseridos em contextos vulneráveis socialmente. Exige-se experiência, conhecimento e traquejo profissional, porém, não é dada ao jovem a oportunidade de obtenção desses fatores.

O que acaba se formando a partir desta reflexão é um círculo vicioso: o jovem não é contratado, por não ter experiência e não lhe é dada a oportunidade de adquirir esta experiência, minando assim as bases da formação do cidadão e indivíduo social, assim como a questão da formação, ou seja, bagagem de conhecimentos – escolaridade – que em decorrência de sua situação vulnerável dificulta sua obtenção.

Ações como as do projeto "Jovem-Aprendiz", e tantos outros que as políticas para a juventude apresentam, bem como os característicos de instituições parceiras na execução de políticas públicas para este público, como a Fenações Integração Social, vêm em auxílio a estes jovens, não lhes dando gratuitamente uma vaga no mercado de trabalho, mas lhes proporcionando as condições, através de seu esforço e empenho. A ideia é desenvolver condições para que estes jovens sejam inseridos no contexto social, não apenas como meros expectadores, mas como participantes ativos, da construção de seu futuro, gerando melhorias nas condições gerais de sua vida.

Foi verificada uma mudança patente tanto no tocante à autoestima dos jovens atendidos pela instituição, assim como, no que diz respeito à maior socialização, desembaraço social e mudanças na situação econômica tantos deles próprios como de suas famílias. As mudanças que foram detectadas ao longo da experiência vivida durante o estágio e ao longo da pesquisa nos mostraram que a importância de ações sociais no desenvolvimento da

sociedade partindo se dos indivíduos, a parte aos poucos muda o todo. Ao serem implantados programas como o do “Menor Aprendiz” e instituições como a Fenações, cujo objetivo é o desenvolvimento individual e intelectual, aos poucos a mudança se concretiza em nível de sociedade como um todo.

VII - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMAZARRAY, M. R.; THOMÉ, L.D.; POLETTO, M.; KOLLER, S.H. Aprendiz *versus* Trabalhador: Adolescentes em Processo de Aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.3, n.25, p. 329-338, 2009.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R. de C., A juventude nos caminhos da ação pública**. São Paulo em Perspectiva**,v.4, n.18, p. 8-19, 2004.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. R. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo.** Anais 25ª Reunião Anual Andep: Caxambu, 2002, p.01-33.

ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE. Motivos para contratar Aprendiz Espro / Diferenciais, 2013, disponível em: http://www.espro.org.br/empresa/jovem-aprendiz-informacoes-gerais/motivos-para-contratar-aprendiz-espro-diferenciais, acesso em 04 de set. 2013.

GUIMARÃES, R. M.; ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 117-126, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 18ª Ed – São Paulo, Cortez, p. 27, 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2009/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf Acesso em: 20/03/2015.

KERLINGER, F. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU, 378 p., 1979.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social**, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG)

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. do C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino Americana de Enfermagem.** v.3, n.9, p.83-9, 2001.

MATTOS, E. de; CHAVES, A. M. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes – um estudo piloto. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**. v.3, n.16 , p. 66-75, 2006.

POCHMANN, M. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo. ABET. 1998.

RUDIO. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 128 p., 1986.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTOS, J. M. dos S.; GENILSON S.. **Relatório de Estágio Fenações Integração Social**, Brasília, p.07, 2012.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**, Brasília, 2006, 48 p.

TOKMAN, V. **Desemprego juvenil no cone sul: causas, conseqüências políticas. In Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise de década**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

TRIVIÑOS, **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 175p, 1987.

WICKERT, L. F. Desemprego e Juventude: Jovens em Busca do Primeiro Emprego. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão,** Rio Grande do Sul, v. 2, n.26, p.258-269, 2006.

YUNES; SZYMANSKI. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas.** In: TAVARES, J. (org.).